

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013733-11.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Sueli Marques Viveiro**
Requerido: **Oscar Gomes Palmeira Neto e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que seu filho adquiriu automóvel do terceiro réu, veículo esse que estava financiado.

Alegou ainda que o terceiro réu assumiu o compromisso de quitar tal financiamento e as despesas relativas ao mesmo, mas não o fez.

Salientou que em virtude do falecimento de seu filho o automóvel ficou em seu poder, mas o terceiro réu deixou de cumprir as obrigações a seu cargo.

A transação descrita na petição inicial não foi refutada pelo terceiro réu ou em momento algum ao longo do processo.

Ele na audiência levada a cabo se limitou a noticiar que o documento do veículo fora roubado, mas não se contrapôs à dinâmica fática descrita pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso permite concluir que o terceiro réu realmente vendeu o automóvel ao filho da autora com o compromisso de adimplir ao financiamento respectivo e as demais despesas que lhe fossem próprias.

Todavia, os documentos de fls. 14/15 (sobre os quais não sucedeu qualquer manifestação, diga-se de passagem) atestam que foi a autora quem quitou o financiamento, a exemplo do IPVA já em aberto.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, impõe o acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Configurado o negócio somente com o terceiro réu, aos demais nada a impor-se, não assumindo relevância o fato do veículo estar em nome de um deles e do outro ter concretizado o referido financiamento.

Quanto à transferência do automóvel, deverá ser levada a cabo desde já por meio de alvará a ser expedido, até porque os documentos originais foram subtraídos.

Quanto à obrigação do réu em ressarcir os gastos da autora, transparece de rigor, seja porque ele não a negou, seja porque o seu montante está lastreado nos documentos de fls. 14/15.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para (1) determinar a expedição de alvará à CIRETRAN local a fim de que promova a imediata transferência do automóvel tratado nos autos (VW Fox 1.0, 2008/2009, placas EDC-3597) diretamente para a autora, independentemente de qualquer outra providência, bem como para (2) condenar o réu **EDUARDO COMINOTE** a pagar à autora a quantia de R\$ 6.948,18, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação.

Oficie-se desde já na forma do item 1 supra.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 17 de novembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA